

FORMAÇÃO DE EDUCADORES/AS DO CAMPO: REFLEXÕES ACERCA DO PROGRAMA DE APOIO A FORMAÇÃO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – PROCAMPO



Vol. 8 nº 15 jan./jun. 2013
p. 107-118

FORMATION OF EDUCATORS FROM THE FIELD: REFLECTIONS ABOUT THE SUPPORT PROGRAM OF FORMATION IN HIGHER DEGREE IN EDUCATION OF THE FIELD- PROCAMPO

Eliane Miranda Costa¹
(Universidade do Estado do Pará)

RESUMO: Este artigo visa trazer para o debate reflexões sobre a formação de educadores/as do campo a partir do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO. Tal programa foi aprovado pelo MEC, em 2006, para incentivar nas Instituições Públicas de Ensino Superior a criação e oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo que habilite docentes por área de conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em escolas do campo. Este estudo resulta da pesquisa de mestrado em andamento que tem por objeto o citado programa. Trata-se de estudo de abordagem qualitativa que elegeu a pesquisa de campo e a análise documental como estratégia de coleta de dados. Para efeito deste texto nos fundamentamos nas análises preliminares dos documentos (editais, diretrizes, pareceres), a partir de interlocução com autores como: Freire (2008), Gonzaga (2009), Molina (2010) e outros, que nos possibilitaram inferir que o PROCAMPO, embora seja uma política pontual introduz uma importante inovação no que se refere à formação do/a educador/a do campo, ao propor à importância de reconhecer e valorizar os saberes, a cultura dos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do campo. Formação do educador e da educadora do campo. Licenciatura em educação do campo.

ABSTRACT: This article aims to bring ideas to the debate on teacher training/the field from the Program of Support for Higher Education Degree in Education Field - PROCAMPO. This program

¹ Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará.

was approved by the MEC in 2006 to encourage the Public Institutions of Higher Education to create and offer undergraduate courses in Education Field that enables teachers by area of expertise to work in the final years of primary and secondary education in schools the field. This study results from the master's research in progress that has as its object the said program. This is qualitative study that elected to field research and document analysis as data collection strategy. For purposes of this paper we have considered in preliminary analyzes of the documents (notices, guidelines, advice) from communication with authors such as Freire (2008), Gonzaga (2009), Molina (2010) and others, which enabled us to infer that the PROCAMPO, although a political point introduces an important innovation as regards the formation of / the teacher / the field by proposing the importance of recognizing and valuing the knowledge, the culture of individuals who live and work in the field.

KEYWORDS: Rural education. Training of educators and educator in the field. Degree in education field.

INTRODUÇÃO

Neste texto temos como tema a formação docente no âmbito da educação do campo que será abordado com base na análise do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO. O objetivo é trazer para o debate reflexões acerca da formação do educador e da educadora do campo a partir do citado programa. Para tanto, situaremos historicamente o programa em tela como objeto de investigação, e o analisaremos por meio do curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEC ofertado pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Pará - IFPA no Marajó², polo Portel, *locus* deste estudo.

O recorte temporal deste estudo centra-se nos anos de 2005 a 2010, período em que a formação do educador e educadora do campo ganha maior substância em todo cenário nacional, uma vez que passa a ser incluída na pauta da agenda política do país. A referida inserção é fruto das iniciativas promovidas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, em especial pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que em parceria com as universidades públicas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA desenvolveu o curso de Pedagogia da Terra, o qual deu sustentação epistemológica e metodológica para a aprovação do PROCAMPO, logo a inclusão de uma formação específica para os educadores e educadoras do campo.

Cabe ressaltar que este recorte temporal não impede que elementos históricos de outra temporalidade sejam mencionados, uma vez que compreendemos o aspecto histórico em uma processualidade e não na linearidade dos fatos. O contexto histórico é construído por meio do entrelaçamento de fatos e acontecimentos carregados de emoções, relações que se estabelecem entre os sujeitos e o mundo, que, por conseguinte, não ocorrem em momentos estanques, ou etapistas, mas na correlação e coexistência do existir humano.

Metodologicamente, este é um estudo que privilegia a análise documental e a pesquisa de campo. Em relação à análise documental as fontes utilizadas referem-se, sobretudo, a Resolução 1, de 3 de Abril de 2002, os Editais de convocação nº 2, de 23 de

Abril de 2008 e nº 09, de 29 de Abril de 2009 e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - área de concentração ciências da Natureza e Matemática/ área de concentração Ciências Humanas - do IFPA/2009. Quanto à pesquisa de campo nossas técnicas consistem em entrevistas semiestruturadas e observação não-participante. Porém, para efeito do presente texto os dados analisados com base na técnica de análise de conteúdo a partir de Bardin (1977) referem-se apenas as fontes documentais e bibliográficas.

No tópico a seguir apresentamos uma breve contextualização histórica e teórica do PROCAMPO seguida de reflexões que consideramos pertinentes acerca da formação do educador e da educadora do campo, instituída pelo MEC com a aprovação do citado programa a partir de 2006 e implementado no país em 2008 quando este ministério torna pública a institucionalização do programa em tela e, por conseguinte, do curso de LEC.

PROCAMPO: aspectos históricos e teóricos

O PROCAMPO é um programa aprovado pelo MEC, em consonância com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, Secretaria de Educação Superior - SESU e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no ano de 2006, em resposta a demanda de reivindicações e articulações engendradas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que desde 1984 defende como bandeira de luta uma educação que valorize e reconheça os sujeitos do campo. Este movimento em parceria com as universidades públicas, INCRA e PRONERA organizou a partir de 1998 os cursos Pedagogia da Terra em regime de alternância pedagógica. Cursos esses que deram base para a criação do curso de LEC, sobretudo, o curso desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 2005 sob a referida parceria.

O programa em destaque tem como principal missão promover a formação inicial dos docentes do campo por meio do Curso de LEC, organizados por áreas de conhecimento, em regime de alternância³ pedagógica para atuação de professores nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas do campo, com o intuito de expandir a oferta de Educação Básica de qualidade nas áreas rurais, sem que seja necessária a nucleação extracampo⁴ (BRASIL/2009). Começou a ser desenvolvido por meio de um projeto piloto no ano de 2007, nas universidades federais de Brasília, Minas Gerais, Sergipe e Bahia (UnB, UFMG, UFS, UFBA) a convite do Ministério da Educação - MEC.

No ano seguinte, isto é, em 2008, o MEC torna público em âmbito nacional à institucionalização do PROCAMPO como política de formação para o docente do campo por meio do Edital nº 02/2008, o qual convocou as universidades públicas de todo país para apresentarem proposta do curso de LEC com o objetivo de habilitar docentes, para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, bem como prepará-los para a gestão de processos educativos escolares e comunitários (BRASIL, 2008). No Estado do Pará, a referida institucionalização só começa ocorrer em 2009, quando o IFPA e também a Universidade Federal do Pará, por meio do Campus de Marabá e

Abaetetuba, que ao participarem da chamada pública pelo Edital nº 09/2009 aprovaram junto ao MEC seus respectivos projetos pedagógicos da licenciatura em questão.

No município de Portel, na Ilha do Marajó, *locus* desta pesquisa, a referida materialização passa a ocorrer a partir de maio de 2010, por meio de um processo seletivo promovido pelo IFPA em parceria com a prefeitura do referido município. Nesse processo 50 educadores/as do campo dos municípios de Portel e Melgaço foram selecionados para cursarem a referida licenciatura, a qual iniciou em julho de 2010. Tais educadores/as deverão ser formados em um período de quatro anos, onde alguns atuarão na área de ciências humanas e sociais e outros na área de ciências da natureza e matemática. É uma formação cuja matriz curricular tem por base a Pedagogia da Alternância onde os tempos básicos de formação se intercalam entre Tempo Acadêmico (T.A) e Tempo Comunidade (T.C). O T.A ocorre nos meses de janeiro, fevereiro e julho e o T.C no intervalo desses meses, momento em que os alunos do PROCAMPO estão atuando como educadores nas escolas do campo. (IFPA, 2010).

Importa ressaltar que a licenciatura em questão é fruto de um processo que começa a se materializar com a aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo - DOEC, em abril de 2002. Tal aprovação representa para a Educação do Campo a primeira conquista de uma ação que busca concretizar e afirmar em todo país a luta dos sujeitos do campo pela instituição de um instrumento político que os apoie com o acesso e a ampliação dos direitos de viver e trabalhar no campo com dignidade (MOLINA, 2003).

Com este instrumento os movimentos intensificaram as exigências junto ao governo federal no sentido de aplicação da nova legislação em vigor, sobretudo na instituição de um projeto de escola e campo pautado em uma nova forma de conceber o campo, a escola e o conhecimento, o que carece de educadores/as formados de acordo com uma concepção que reconheça o campo em sua diversidade sócio-histórico-cultural (SANTOS 2009). Nesse sentido que no documento final da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo realizada em 2004, em Luziânia (GO), encaminhado ao MEC, uma das pautas reivindicatórias tratava-se da implementação, no âmbito das políticas públicas, de um projeto de formação específica para os educadores/as do campo. A partir desse documento o MEC, no âmbito da Coordenação Geral de Educação do Campo da SECAD primou pela formulação de uma política nacional de formação docente específica para o campo, o que resultou na proposição de um Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo.

Nesse plano, a criação de um curso de nível superior em educação do campo constitui-se como principal meta, o que possibilitou a aprovação do PROCAMPO pelo MEC, em 2006. Contudo, importa dizer que por mais que a licenciatura em questão seja uma formação específica, o referido programa ainda está longe da proposta perseguida pelos movimentos sociais e sindicais do campo, isto é, formação específica e permanente. É latente que se trata de um programa preso a normas estabelecidas pelo MEC por meio de editais, e não uma política permanente, fato que certamente reforça o caráter paliativo das políticas públicas educacionais destinadas às populações do campo e ao que tudo indica mascara os interesses do capital.

De acordo com Santos (2009) o documento denominado Licenciatura Plena em Educação do Campo encaminhado ao MEC estabelece que a proposição da licenciatura em questão se justifica pela urgência e necessidade de ações afirmativas que ajude a reverter à situação precária com que se encontra a educação ofertada a população do campo. O caráter multidisciplinar e por área de conhecimento constitui-se como uma possibilidade de romper com o conhecimento fragmentado e descontextualizado como ocorre na educação disciplinar transplantada para o campo, e construir uma concepção que compreenda o conhecimento não em pedaços, mas integrante da totalidade, bem como entender o campo a partir de uma visão mais ampla e complexa.

Compreendemos que a proposta da LEC configura-se como o desafio de se conseguir materializar um projeto a partir de concepções epistemológicas capazes de fazer a ruptura com a visão reducionista, salvacionista e preconceituosa em que o campo é tido como o lugar fadado a desaparecer. Um projeto de educação que compreenda o campo não só como espaço de produção material, mas de vida, e que os sujeitos, possam proferir a palavra independente de sua cor, raça, credo, religião, sexo, etnia, entre outros.

Para Gonzaga (2009, p. 74) “esta concepção de formação está atrelada ao fato de que, pensar a formação de um educador exige pensar na dimensão da totalidade, na formação do educador que tenha condições de intervir globalmente no processo de formação de seus educandos”. Ao nos valer de Nóvoa (2002, p. 255 *apud* BARROSO, 2004, p. 51) consideramos que “os professores têm de ser formados, não apenas para uma questão pedagógica com os alunos, mas também para uma relação social para com as comunidades locais”. Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de uma formação que se pautar no reconhecimento da história de vida dos sujeitos como atores sociais (NÓVOA, 2000).

Ao corroborar com Veiga (2002) defendemos a necessidade de uma formação que valorize o contexto que o professor atua ou irá atuar, isto é, a dinâmica social, cultural, os saberes e modos de vida dos sujeitos que precisam fazer parte da política de formação docente. Consideramos que a licenciatura em educação do campo poderá possibilitar aos educadores/as do campo o acesso a uma educação que seja capaz de romper com o paradigma urbanocêntrico e valorizar a cultura a partir da dialogação evidenciada por Freire (2008) em que o homem do campo seja visto como um ser histórico.

O homem do campo precisa ser reconhecido como sujeito histórico, mas esse reconhecimento não se dá sem a valorização da cultura, dos saberes dentro de um processo de relações, de dialogação. Como enfatiza Freire (2008, p. 68) “é essa dialogação do homem sobre o mundo e com o mundo mesmo, sobre os desafios e problemas, que o faz histórico”. É diante desse desafio que o PROCAMPO como fruto das reivindicações dos movimentos sociais e sindicais do campo se apresenta para a educação dos sujeitos do campo, em especial, para a formação do educador como um importante mecanismo na luta pelo direito desses sujeitos terem acesso e permanência a uma educação que os reconheça como sujeitos históricos sociais.

É sabido que a formação do educador e educadora do campo em sua processualidade histórica apresenta-se relegada ao silêncio. Isso porque as políticas

educacionais ao considerar a cidade como parâmetro e o campo como adaptação ou o espaço a ser superado reforça a concepção de que o campo não precisa de uma educação que tenha uma dinâmica e propósitos diferentes. Daí, entender a visão urbanocentrista e a defesa de que os/as educadores/as do campo não precisam de qualificação, já que para se lidar com a terra não há necessidade de muitas letras (ARROYO, 2004).

A institucionalização da licenciatura em educação do campo a nosso ver representa de certa forma uma ruptura com ideal urbano até então imposto. Visto que, se trata de uma proposta de formação docente que vai além da docência em sala de aula. Trata-se de um curso que tendo por base a pedagogia da alternância proporciona aos educadores/as e educandos/as do campo construir conhecimentos a partir da relação que estes estabelecem com o trabalho, com os processos de produção e temporalidade do campo.

No Pará este curso foi aprovado pela UFPA e IFPA a partir do edital de 2009. No Marajó, o referido curso passou a ser ofertado pelo IFPA em julho de 2010, por meio de uma cooperação técnica entre o citado Instituto e as prefeituras dos municípios de Portel e São Sebastião da Boa Vista. O IFPA detém acúmulo de experiência com o Ensino Superior pelo Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica em cursos de licenciaturas, Engenharias e Tecnologias, além de programas de extensão universitária, de pesquisa e de educação à distância (IFPA/2009).

Essa experiência possibilitou ao IFPA responder a chamada pública em 2009 do Procampo e aprovar junto ao MEC o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (PPC), e com isso uma política pública de valorização da diversidade e promoção da equidade na educação (IFPA, 2009). Assim sendo, no ano de 2009 o Instituto passou a ofertar o curso de LEC, em 06 *campi*. A partir de 2010, ampliou-se a oferta para 09 *campi*. Com isso, entre 2009 e 2010 foram ofertadas 660 vagas do curso em tela nos *campi* e polos deste instituto.

No município de Portel, o curso destina-se aos educadores e educadoras do campo dos municípios de Portel, Bagre e Melgaço e em São Sebastião, destina-se, além do mesmo, a Muaná, Limoeiro do Ajuru e Currealinho (IFPA, 2009). A turma de Portel inicialmente contava com 50 educandos. Atualmente a turma tem 49⁵ alunos, desses 47 são do município de Portel e 02 do município de Melgaço. É pertinente salientar que a meta inicial do IFPA era formar 360 professores rurais para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e o ensino médio nas escolas do campo da Amazônia paraense.

O Projeto Pedagógico do Curso (IFPA, 2009, p. 09) assevera:

A criação da Licenciatura em Educação do Campo (LEPC) no Estado do Pará é resultado da luta dos movimentos sociais do campo pela qualidade de ensino nas escolas do campo e da materialização de Cursos no âmbito do Ensino Superior que tiveram como objetivo formar educadores do campo para contribuir na melhoria da qualidade educacional no campo, diante da carência de profissionais habilitados para atuar nas escolas do campo.

Nessa perspectiva a licenciatura representa para a educação do campo na Amazônia paraense, melhoria na qualidade da educação, uma vez que habilitará profissionais para atuar nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas

do campo do Estado do Pará. Certamente, isso estabelecerá outro contorno para a educação das populações do campo deste Estado (IFPA, 2009).

Na defesa por uma educação de qualidade, o IFPA assume a visão dos movimentos sociais de que as escolas do campo devem estar localizadas em espaços físicos do campo e seu currículo precisa ser construído com os sujeitos que os habitam. Isso quer dizer que a LEC para a formação dos professores dessa modalidade de ensino carece contribuir no sentido de mudar o perfil das escolas em que atuam, na medida em que tendo acesso aos conhecimentos sistematizados na área de formação, passem inserir elementos garantidos pela legislação e diretrizes da educação do campo.

Por isso, o PPC (IFPA, 2009, p. 12) expressa:

A formação de professores do campo significa não apenas a garantia de acesso à educação de qualidade pelas crianças, jovens e adultos do campo que historicamente foram excluídos do direito e educação, mas principalmente a possibilidade de intervir nas escolas do campo em que atuam; pela inserção de uma gestão escolar democrática e autônoma, a qual deve se dar pela elaboração coletiva do Projeto político-Pedagógica da escola, no decorrer do tempo-escola/estágio.

Observamos que a implementação da licenciatura representa para o IFPA a promoção de uma formação crítica que leve os educadores do campo interviem de maneira significativa nas escolas do campo em que trabalham. Somado a isso, está à preocupação com a promoção da educação de qualidade, que se configura como categoria base do debate acerca da educação do campo, e consequentemente da formação do educador e educadora do campo.

O referido curso tem a particularidade de apresentar uma estrutura que almeja formar educadores para docência multidisciplinar por áreas de conhecimento, em Ciências Humanas (Filosofia, História, Sociologia, Geografia) e Ciências da Natureza e Matemática (Biologia, Física, Química e Matemática), em que a partir do 5º semestre os educandos irão optar por uma dessas áreas de conhecimento. No polo Marajó, como citado anteriormente, o curso passou a ser ofertado em 2010, sendo uma turma com 50 alunos em São Sebastião da Boa Vista e uma em Portel. Ambas as turmas são compostas de educadores e educadoras do campo que não possuíam formação inicial em nível de graduação. Estes ingressaram na referida licenciatura por meio de processo seletivo especial, conforme determina o MEC, por meio dos editais de 2008 e 2009.

Os projetos apresentados deverão observar a seguinte fundamentação político-pedagógica:

c - prever critérios e instrumentos para uma *seleção específica* a fim de contribuir para o atendimento da demanda por formação superior dos professores das escolas do campo, com prioridade, para aqueles em efetivo exercício nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio das redes de ensino (BRASIL, 2008, p. 02. Destaque nosso).

3.1 Estão habilitadas para apresentar propostas a este Edital as Instituições Públicas de Ensino Superior que aderirem as seguintes diretrizes gerais:
e. prever para os projetos apresentados nos Eixos I critérios e instrumentos para uma *seleção específica* a fim de contribuir para o atendimento da demanda por formação superior dos professores das escolas do campo, com prioridade, para aqueles em efetivo exercício nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio das redes de ensino (BRASIL, 2009, p. 03. Destaque nosso).

A Licenciatura em tela ofertada no Polo Marajó visa habilitar os educadores do campo, em um período de 04 anos nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências da Natureza e Matemática ou Ciências Humanas e Sociais. A organização curricular do curso compreende 08 semestres e/ou etapas realizadas nos tempos educativos, ou seja, Tempo Acadêmico (T.A) e Tempo Comunidade (T.C). Nos quatros primeiros semestres os educandos receberão uma formação de caráter geral e /ou comum distribuídas em 2.528h e nos quatros semestres finais uma formação específica distribuídas em 676h.

O curso em questão apresenta uma base comum, chamada de formação geral e uma base específica. Ambas organizadas em eixos temáticos. Cada eixo temático compreende um rol de 08 disciplinas desenvolvidas no T.A e T.C. O Tempo Acadêmico ocorre nos períodos de janeiro até a 1ª quinzena de fevereiro e Julho até a 1ª quinzena de agosto. Já o Tempo Comunidade no período intercalar. Aqui, os educandos tenderão a receber orientação para realizar dois tipos de atividades, a pesquisa sócio-educacional que compreende uma carga horária de 632h e o Estágio-Docência com carga horária de 400h (IFPA, 2009).

O T.A tem por objetivo proporcionar aos educandos acesso às diferentes áreas do conhecimento científico, é o momento que os educandos entram em contato com os conceitos, com as matrizes analíticas, contribuindo assim, para a orientação da pesquisa e sua sistematização ao longo do processo formativo. Já o T.C é o momento que o educando em contato com o contexto e a realidade local desenvolve a atividade de pesquisa e estágio que serão instrumentalizados no T. A. Esse processo de sistematização e registro se dá por meio de um documento acadêmico chamado de Portfólio⁶, o qual serve como instrumento de avaliação (IFPA, 2009).

O curso tem uma dinâmica diferenciada em relação às demais licenciaturas, suas disciplinas estão organizadas em eixos temáticos estabelecidos em uma matriz curricular, que tem por finalidade articular todas as áreas de conhecimento, tais como: linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias. Os eixos precisam se inter-relacionar com o Eixo articulador do curso – Educação e Formação de Educadores/as do Campo na Amazônia Paraense – com o percurso formativo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Diante do exposto podemos considerar que se trata de uma licenciatura específica e diferenciada em relação às demais licenciaturas, o que seguramente impõe limites seja aos educadores ou educandos, bem como a gestão do curso, que neste caso refere-se ao IFPA. Acreditamos que a educação da classe trabalhadora do campo precisa ser uma educação que atenda as necessidades dessa classe, em que a formação integral seja o

ponto de partida de um projeto voltado para a emancipação humana. Para tanto, a escola e o professor exercem papel primordial, isto é, a escola como espaço possível de aquisição e produção dos conhecimentos filosóficos, artísticos, estéticos, técnicos e científicos produzidos pelos seres humanos ao longo de seu existir, e o professor como mediador desses conhecimentos no diálogo com as práticas sociais para que assim contribua com a construção de outra racionalidade. (SILVA, 2007).

Molina (2011, p.119) denuncia que a experiência do Procampo tem exposto desafios e contradições a serem enfrentados na institucionalização das políticas públicas de Educação do Campo. Com as várias turmas desse programa, recentemente iniciadas em todo país, tem-se percebido a desconfiguração da proposta e da concepção original elaborada pelo Grupo Permanente de Trabalho GPT, devido ao fato de se adotar em muitas instituições como critério de acesso ao curso o vestibular universal, o que permitiu ingresso de sujeitos sem nenhum vínculo com o campo, “sem atuação em escolas do campo e sem história de participação e organização coletiva”. Para a autora isso “descaracteriza o propósito inicialmente idealizado para esta política de formação” (Idem, p. 120) que seria de “suprir a enorme lacuna nos patamares de formação dos educadores do campo e de contribuir para elevar o nível de escolaridade dos jovens do campo, ainda que não sejam educadores” (Idem, p. 120).

Diante disso que defendemos a institucionalização de uma educação e, por conseguinte, de uma formação docente que contribua para ampliar o “espaço de ação e atuação” da classe trabalhadora do campo da política, cultura, economia e outros, enquanto sujeitos críticos superando assim o pragmatismo e a alienação imposta pelo projeto societal excludente que até então, determina a educação pública em nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de LEC vem sendo desenhado e materializado no país todo a partir da aprovação do PROCAMPO, em 2006, no âmbito do MEC. O referido programa tende a se configurar como uma política pública, que muito embora não seja permanente, introduz uma importante inovação no que se refere à formação do educador e educadora do campo, visto que traz em sua proposta à importância de reconhecer e valorizar os saberes, a cultura, os modos de ser e estar no mundo dos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

Com a luta dos movimentos sociais do campo, em especial, o MST em parceria com as universidades públicas, INCRA, PRONERA a formação do educador e educadora do campo passa assumir no cenário educacional brasileiro, a partir do Curso Pedagogia da Terra, desenvolvido em regime de alternância, outra conjuntura. Ao propor uma formação específica com habilitação por área do conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio a LEC possibilita aos educadores e educadoras e, por conseguinte, aos educandos/as do campo o acesso a uma educação capaz de romper com o paradigma urbanocêntrico e valorizar a partir do diálogo evidenciada por Freire (2008) o homem do campo como um ser histórico.

Em face disso temos que considerar que a formação do educador do campo

defendida pelos movimentos sociais vai além da docência em sala de aula. É um projeto que tem por objetivo preparar seu quadro de intelectuais, no sentido de atuarem de forma crítica e contribuírem com a inserção dos excluídos na sociedade, a fim de se construir um campo como um espaço de se viver dignamente (GONZAGA, 2009). Diante disso que nosso desafio está em pensar a formação do educador a partir do contexto em que está inserido, neste caso, no Marajó a fim de contribuir com a construção de um novo território teórico, isto é, de uma epistemologia que dê visibilidade aos saberes, valores, culturas, ao modo de vida dos sujeitos do campo e se proponha a romper com a visão metafísica e cientificista imposta pela racionalidade moderna.

NOTAS

- ² “A palavra Marajó tem origem indígena e vem da palavra “imbara-yo” que significa barreira do mar” (Cristo et al, 2005, p. 114). Para Pacheco (2006) a palavra Marajó precisa ser pronunciada no plural, ou seja, Marajós, com o intuito de dar ênfase à pluralidade das práticas sociais dos povos marajoaras. Pronunciar “Marajó no singular é pensar apenas nas belezas exuberantes, potencializadas nas propostas de turismo que vêm sendo construídas atualmente para a região, deixando de visualizar complexas redes de relações de exploração, esquecimento e incipientes políticas públicas para seus 16 municípios” (Ibidem, p.23).
- ³ A Pedagogia da Alternância surgiu na década de 1930 na França, nas Casas Familiares Rurais como alternativa de atendimento à população escolar do campo. No Brasil, essa pedagogia foi introduzida em 1969, no Estado do Espírito Santo. É uma metodologia utilizada, principalmente, nas Escolas Famílias Agrícola, Escolas Comunitárias Rurais, Escolas de Assentamento, Centros Familiares de Formação por Alternância, e mais recentemente em Programas Federais, como PROJOVEM/Saberes da Terra, PROCAMPO (BRASIL, 2006).
- ³ A nucleação extracampo corresponde à oferta da educação fora da realidade do aluno do campo, isto é, com a quase ausência do segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio o aluno do campo para continuar estudando precisa se deslocar até a cidade. Assim, a expansão da educação básica no campo possibilitará a este aluno o acesso ao ensino que por ventura só teria na cidade. Para tanto, possibilitar ao educador uma formação específica, isto é, que compreenda e valorize as matrizes históricas dos povos que vivem e trabalham no campo configura-se como uma estratégia fundamental para a conquista dessas escolas (ROCHA, 2010).
- ⁴ Um aluno desistiu, devido ter ingressado em outra licenciatura na Universidade Federal do Pará – UFPA.
- ⁵ O Portfólio tem sua origem no campo das Artes. Trata-se do nome dado às pastas em que os artistas e fotógrafos colocam as amostras de produções mais significativas e apresentam a qualidade e abrangência do seu trabalho, de modo a ser apreciado pelos especialistas e professores. No campo da educação seu uso segue o mesmo processo, visto que por meio do Portfólio os educandos exercitam a participação ativa na formulação dos objetivos de aprendizagem, já que é o próprio educando quem constrói (FARIA, 2009).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. IN: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa, 1977.

BARROSO, João. Os professores e os novos modos de regulação da escola pública: das mudanças do contexto de trabalho às mudanças da formação. IN: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB I de 03 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Disponível em <http://www.mec.gov.br>.

_____. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. **EDITAL Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2008**. Chamada Pública para seleção de projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Procampo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12/05/2009.

_____. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09, DE 29 DE ABRIL DE 2009**. Chamada Pública para seleção de projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Procampo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

_____. Ministério da Educação – MEC. **Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO**. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12394:programa-de-apoio-a-formacao-superior-em-licenciatura-em-educacao-do-campo-procampo-1&catid=320:procampo&Itemid=679.

CRISTO, A. C. P. et al. Educação Rural Ribeirinha Marajoara: Desafios no contexto das escolas multisseriadas. IN: HAJE, S.M (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg Ltda, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GONSAGA, Eliana A. **PEDAGOGIA DA TERRA - O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DE MINAS GERAIS**. Disponível em: http://www.uff.br/pes_educacao/joomla/images/stories/Teses/elianagonsaga.pdf. Acesso em: 11 de junho de 2011.

IFPA. **Projeto Pedagógico: Licenciatura em Educação do Campo**. Belém, 2009. Não publicado.

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do Pronera na construção de Políticas Públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável**. Tese de doutorado apresentada a UnB, 2003.

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios teóricos e práticos na execução de políticas públicas de Educação do Campo. In: MUNARIM, Antônio et al (Orgs.). **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas. 2 edição. Florianópolis: Insular, 2011.

NÓVOA, A. (Org.) **Vidas de professores**. 2 edição. Portugal: Porto Editora, 2000.

PACHECO, Agenor S. **À margem dos “Marajós”: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade - Floresta” - Melgaço – PA**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

SANTOS, Clarice A. dos. **Educação do Campo e políticas públicas no Brasil**: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3939/1/2009_ClariceAparecidosSantos.pdf.

SILVA, Gilmar P. Magistério da Terra: O desafio para a construção de uma nova metodologia para a educação do campo. IN: SILVA, G. P. et al (Orgs.). **Educação do campo na Amazônia: uma experiência**. Belém: EDUFPA, 2007.

VEIGA, Ilma Passos A. Professor: Tecnólogo do ensino ou agente social. IN: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

Recebido em: 15/11/2013

Aprovado para publicação em: 10/12/2013